



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>O Esporte é um Fator de Integração Social? Apontamentos sobre a relação entre Os Limites do Esporte no Modo de Produção Capitalista e as possibilidades de uma Pedagogia do Esporte para a Formação Humana</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>André Malina</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	Professor Adjunto II
COAUTOR 2			
<b>Ângela Celeste Barreto de Azevedo</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	Professor Adjunto II
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Atualmente, no Brasil, está se construindo a estrutura necessária à realização de grandes eventos. Em especial, destacamos os Jogos Olímpicos Rio 2016, e a Copa do Mundo (Fifa World Cup Brasil 2014). O primeiro será realizado integralmente na cidade do Rio de Janeiro, e o segundo terá esta cidade como referência e vai sediar a final da Copa. Esse cenário de aparente euforia e afirmação da “nação brasileira” pode nos revelar alguns aspectos que estão, em um recorte marxiano, ideologizado. Ao interrelacionarmos com a totalidade social, podemos elencar elementos do modo de produção capitalista como relevantes nesse processo, tais como os indicadores sociais, e o consequente sucesso desse modo de produção para a classe dominante, via mediações de primeira e segunda ordem, conforme nos informa Mézaros, ao mesmo tempo hegemoniza e dogmatiza as relações sociais. Esse sistema incontrolável abarca desde a produção industrial até bens culturais como o esporte. Assim, torna-se válido pensar no esporte como um fenômeno que faz parte da sociedade capitalista, portanto é crivado das suas contradições. Nesse sentido, é possível também, contraditoriamente, apontar alguns caminhos na contribuição do esporte para a formação humana, para além dos grandes eventos, ou seja, nas escolas e campos de pelada faz-se necessário uma pedagogia contra-hegemônica que critique o status quo do sistema no que diz respeito a esses grandes eventos.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Políticas – Formação Humana – Contradições Sociais			
ABSTRACT			
<p>Nowadays, in Brazil, is being built the structure necessary to the realization of the big events. In special, we highlight the Olympic Games of Rio 2016, and the FIFA World Cup Brazil 2014. The first one will be fully realized in Rio de Janeiro city, and the second one will have this city as reference and will host the final of the cup. This scenario of apparent euphoria and affirmation of the “brazilian ...” reveal us some aspects that are, in a Marxian clipping, ideologised. When interrelated with the social totality, we can list elements of the capitalist mode of production as relevant in this process, such as the social indicators and the success of this mode of production class, though mediations of the first and second order, as informs us meszaros, at the some time Hegemonizes and Dogmatizes the social relations. This system ranges from uncontrolled industrial production to cultural and sport. Thus, it is worth thinking in the sport as a phenomenon that is part of capitalist society, so it is riddled with the contradictions. Therefore, it is also possible, conversely, point out some ways in the contribution of sport to the human, beyond the major events, ie, schools and camps naked it is necessary to counter-hegemonic pedagogy that criticizes the status quo system with respect to these great events.</p>			
KEYWORDS			
Policies – Human Formation – Social Contradictions			

## INTRODUÇÃO

No Brasil vão acontecer dois dos principais “megaeventos esportivos”, Jogos Olímpicos Rio 2016, e a Fifa World Cup Brasil 2014 (Copa do Mundo), gerando a construção de uma necessária estrutura, imposta por uma cartilha de necessidades dos organismos realizadores: o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Copa do Mundo ocorrerá em várias capitais do Brasil, embora tenha o Rio de Janeiro como a principal referência, inclusive porque esta cidade sediará o jogo final, no qual sairá o campeão da Copa do Mundo. Esse cenário de aparente euforia e afirmação da “nação brasileira” podem nos revelar alguns aspectos que estão, em um recorte marxiano, ideologizado.

É sintomático que tenha havido uma troca de ministro do Ministério do Esporte antes da realização de tais Megaeventos. O novo ministro, Aldo Rebelo, do mesmo partido do anterior, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), anunciou sua nova equipe, bastante distante de um viés técnico no sentido do esporte: uma economista do Banco Mundial; um ex-embaixador e um almirante da marinha reformado. No outro pólo, o aspecto eminentemente econômico está ao encargo da Autoridade Olímpica, nomeada pela Presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT): é o ex-ministro da Fazenda do “Governo Lula”, Henrique Meirelles, vindo do mercado financeiro, outrora filiado ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), e atualmente filiado ao Partido Social-Democrata (PSD).

Em outro aspecto, ao interrelacionarmos com a totalidade social, podemos elencar elementos do modo de produção capitalista como relevantes nesse processo de constituição do esporte espetacularizado nos Megaeventos, tais como os indicadores sociais, e o conseqüente sucesso desse modo de produção para a classe dominante, via mediações de primeira e segunda ordem, conforme nos informa Mézaros (2002), ao mesmo tempo hegemoniza e dogmatiza as relações sociais. Esse sistema incontrolável abarca desde a produção industrial até bens culturais como o esporte.

Assim, torna-se válido pensar no esporte como um fenômeno que faz parte da sociedade capitalista, portanto é crivado das suas contradições. Nesse sentido, é possível também, contraditoriamente, apontar alguns caminhos na contribuição do esporte para a formação humana, para além dos grandes eventos, ou seja, nas escolas e campos de pelada faz-se necessário uma pedagogia contra-hegemônica que critique o *status quo* do sistema no que diz respeito a esses grandes eventos.

Conforme foi estruturado, nosso trabalho irá seguir a seguinte ordem de exposição:

- 1- Após esta introdução, será feita uma síntese do primeiro artigo da Parte I do livro “Esporte: fator de Integração Social”, publicado em 2009, intitulado “O Esporte como um Bem Cultural e o Modo de Produção Capitalista”.
- 2- Em seguida, apresentaremos um esboço teórico e uma exposição de indicadores sociais que podem nortear análises sobre os Megaeventos esportivos.
- 3- Apontaremos alguns elementos de futuras análises sobre esses Megaeventos e sobre a questão do esporte.
- 4- A partir do primeiro artigo da Parte II do mesmo livro, intitulado “Esporte e Ensino: referências históricas” vamos produzir um esboço de apontamentos sobre possibilidades de inserção do esporte em visão distinta dos Megaeventos e, ao contrário, que podem nos auxiliar a fazer contrapontos ao modo de produção capitalista e a noção de esporte embutida nesses Megaeventos, pensando em uma formação humana e omnilateral, especialmente a partir do olhar da área da Educação Física.

### **O tempo livre como uma necessidade para uma prática de esportes significativa**

O modo de produção capitalista contém um sistema sócio-metabólico do capital que atua para uma maior produtividade na lógica do capital e, pelos seus defeitos estruturais, constitui-se incontrolável, nas palavras de Mészáros (2002). Ou seja: produz um alto grau de consumismo e riqueza de produtos materiais e, ao contrário, a negação do atendimento das necessidades primárias do ser humano. Cabe salientar que esse processo sócio-metabólico tende a abranger a tudo e a todos, subordinando todas as esferas sociais do ser humano e é realizado por meio das mediações de primeira e segunda ordem (MALINA, 2009). Nas palavras de Antunes:

O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a *subordinação estrutural do trabalho ao capital* (...). Os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido. Um sistema de mediações de *segunda ordem* sobredeterminou suas mediações primárias básicas, suas mediações de *primeira ordem*. (1999, P. 19.)

No modo de produção capitalista, o sistema de mediações segunda ordem acaba por subordinar as relações sociais e, como consequência, subordinar as relações sociais de produção e reprodução do capital, incluindo as formas institucionais, a determinação de expansão do capital (MÈSZÀROS, 2002)

Em síntese, o conceito de mediação proposto por Mészáros (2002) propõe que as mediações feitas pelo homem mais próximas da relação homem-natureza são mediações de primeira ordem, determinações ontológicas. Já as mediações promovidas pelo homem nas produções sociais e

materiais distantes da natureza, como uma sofisticada bola de couro sintético, feita para ganhar mais ou menos efeito, a serviço da formação de capital, são mediações de segunda ordem. Estas tendem a subordinar às mediações de primeira ordem, realizando o processamento sócio-metabólico do capital no modo de produção capitalista.

O movimento de expansão do capital segue um processo histórico e político-econômico e cultural. Alinhamo-nos com a afirmativa de Mészáros, de que

O processo criticamente importante de expansão do capital (...) em todos os domínios foi tornado possível por meio desse intercâmbio recíproco entre os microcosmos econômicos e a superestrutura legal e política, produzindo, assim, o modo de reprodução sociometabólica do capital em sua integralidade como um sistema global coeso. Naturalmente, a reciprocidade dialética teve de prevalecer também na outra direção, por meio da transformação dinâmica e da expansão maciça da própria formação de Estado do capital (2011, p. 238).

Dessa forma, somente em uma sociedade comunista pode ser possível um real movimento emancipatório do ser humano, com a possibilidade de uma sociedade em que desponte, por exemplo, os talentos e o movimento pleno de criatividade. Seria necessária outra sociedade, outro modo de produção. Para Mészáros (2002), por exemplo, isso significa uma nova organização social, que estruture a atividade humana, com outros modos de controle, um controle social, autônomo, autoregulado e autodeterminado. Essa estruturação teria como base o tempo disponível. (MALINA, 2009)

A questão do tempo livre como uma contradição ou oposição ao tempo de trabalho é característica da história pós-revolução industrial e, portanto, do modo de produção capitalista, com fatores semelhantes à estruturação mais aproximada com o conteúdo clássico da luta de classes e oposição entre capital e trabalho dos centros urbanos. Com isso, ou independente disso, podem existir relações lúdicas ou solidárias no ambiente de trabalho, tal como ocorre no interior de uma fábrica, ou então o aproveitamento do tempo livre, entendido aqui como tempo de não trabalho, inclusive no formato de lazer, congruente com atividade intelectual produtiva, e não somente como recomposição orgânica para nova jornada de trabalho. Embora o lazer atue nos espaços urbanos como recomposição orgânica para o capitalista, do ponto de vista do trabalhador o lazer oferta possibilidades emancipatórias, ao mesmo tempo em que abre possibilidades de comércio para o lazer, por vezes compreendido como entretenimento e diversão, e ampliação da sociedade de consumo e, portanto, da cadeia produtiva característica do modo de produção capitalista.

Na outra possibilidade categorial, vislumbramos a questão do tempo histórico no interior do sistema capitalista, no qual é papel central a análise do tempo livre, conforme Mészáros (2007) expõe Suas argumentações nos mostram uma perda da consciência histórica na medida em que o

capitalismo se desenvolve no seu aspecto sócio-filosófico, por meio de propostas que embasam concepções posteriores ao iluminismo, como às pós-modernas. O tempo livre, cada vez maior no capitalismo, contraditório à perversidade do desenvolvimento do sistema, traz potencial resistência e poder de transformação do próprio sistema. O lazer na forma de tempo livre não ocioso é potencialmente emancipatório e é um *valor*, pois propicia atuar com o potencial da humanidade ao longo de sua história, em conjunto com o tempo histórico de vida de um indivíduo. As riquezas produzidas pela humanidade ao longo de sua história são recolocadas e resignificadas pelos indivíduos que usufruem dessa riqueza a seu favor. Ao contrário, o *contravalor* aduzido pela contabilidade capitalista, no qual se insere a condição inerente de exploração do homem pelo homem, sintetizada na categoria *mais-valia* proposta por Marx (1998, 2000).

Na mesma perspectiva, em seu principal livro (MÉSZÁROS, 2002), surgem finamente trabalhadas, categorias de análise do sistema capitalista com sistematização realizada para a formação do corpo teórico do autor. As mediações, por exemplo, nos mostra o distanciamento da relação natureza-homem por meio da produção de mercadorias tal qual a *práxis* marxiana. O modo de produção na atualidade, entretanto, nos coloca uma dupla mediação: às de primeira ordem, aproximam natureza-homem, e conduzem a produção de mercadorias na relação direta da necessidade, sem a sofisticação e o tratamento que extrapolam e complexificam a matéria prima, transformando-a em *outra coisa*, afastada de sua origem. Já às mediações de segunda ordem, que constituem o âmago do desenvolvimento do capitalismo, materializam-se na natureza transformada. É a produção de mercadorias mediatizada com as relações sociais desenvolvidas do modo de produção, incorporando novas subjetividades às condições objetivas do homem via algo que podemos definir como *disseminação do desejo*.

## **SÍNTESE DO ARTIGO: “O Esporte como um Bem Cultural e o Modo de Produção Capitalista”**

O livro “Esporte: fator de integração e inclusão social?” é fruto de um evento realizado pelo Instituto Goethe e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que objetivava trazer um debate sobre o esporte na visão de pesquisadores do Brasil e da Alemanha. Após a realização do evento, o Instituto Goethe patrocinou a publicação de artigos dos palestrantes<sup>1</sup>, produzidos para o

---

<sup>1</sup> Um dos palestrantes não enviou texto para a publicação, e dois dos palestrantes utilizaram textos de livros que estavam escrevendo, e que depois foram publicados. Os leitores encontrarão os textos escritos por Vitor Marinho de Oliveira e Francisco Mauri de Carvalho Freitas em dois excelentes livros: Oliveira (2010), que demarca a trajetória intelectual do autor, dos mais destacados que já existiu na Educação Física; e Freitas (2011) que expõe de forma categórica o esporte no âmbito das políticas públicas existentes no modo de produção capitalista. Ambos os textos, o que nos honra, deram título aos respectivos livros.

livro, que foi publicado pela Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O livro foi dividido em partes, e compõem-se de textos de palestrantes brasileiros e alemães, com visões distintas sobre a pergunta-tema do livro, se o esporte é um fator de integração e inclusão social.

No artigo “O Esporte como um Bem Cultural e o Modo de Produção Capitalista”, foi mostrado inicialmente que estávamos em um momento de crise originária do problema de insolvência ligada ao sistema de crédito imobiliário dos Estados Unidos em 2007, que afetou o mercado financeiro. O futuro, à época de 2008, ano que foi escrito esse artigo, era de perspectivas de recessão e/ou depressão e intervenção de governos na economia, que não gerariam nesse momento o fim do capitalismo, mas sim uma nova reorganização, com o fim da ideologia do neoliberalismo, e da não intervenção dos governos na economia. Como o esporte não está isolado do restante da sociedade, também iria ser afetado pelos problemas financeiros. É sintomático, hoje, por exemplo, vemos uma série de jogadores de futebol de volta ao Brasil.

Apontei nesse artigo, a contradição nos investimentos nos países que geram, por um lado, miséria em saúde, educação, emprego, salário, e por outro, bonança, como em patentes, lucros de bancos, e discrepância nos Produtos Internos Brutos de diferentes países. Para essas afirmativas, utilizamos relatórios de órgãos ligados ao sistema, como os da Organização das Nações Unidas e suas subsidiárias.

Em relação ao esporte, mostrei que um movimento emancipatório verdadeiro só seria possível ao implantarmos uma sociedade comunista, e que os trabalhadores em geral, mesmo em órgãos do sistema, não tem um salário condizente com uma vida minimamente digna. À época, o salário mínimo necessário era, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), de 1971,00.

Em seguida, discutimos no texto a realização dos Jogos PanAmericanos de 2007 no Rio de Janeiro, e as contradições embutidas nas políticas públicas implementadas para esse Megaevento esportivo, incluindo problemas de diversas ordens, desde tribunais de contas até o local onde foram feitas instalações esportivas, passando pela ausência de construção de uma infraestrutura real, gerando um tom de maquiagem aos investimentos públicos retirados de todos nós, trabalhadores.

Finalmente, antes da conclusão, apontamos como era/é o nosso entendimento sócio-filosófico do esporte enquanto um bem da humanidade, em constraste com as possibilidades reais de prática de fruição do esporte ao vemos a população inserida nos problemas gerados no interior do modo de produção capitalista.

Na conclusão, ao retomar o tema, produzimos algumas considerações pontuais sobre problemas e necessidades ao enxergarmos o esporte enquanto um importante acervo de constituições da própria humanidade, em contradição com a condução desse mesmo esporte no imaginário social e nas instituições, incluindo escolas, que produzem problemas com crianças e adultos, mulheres e homens no mundo, fruto dos valores do sistema, como o individualismo e a competitividade.

## **DADOS E INDICADORES SOCIAIS GERAIS**

Para elencarmos dados e indicadores sociais que retratam a tese defendida da necessidade de superação do modo de produção capitalista, vemos uma distensão de uma época de incremento no desenvolvimento do capital que ocorreu no pós guerra, com a ascendência do imperialismo americano e a incorporação da social-democracia como um pólo “humano” do capitalismo. Progressivamente, no entanto, é em época bem anterior que inicia o processo de ascendência e descendência do sistema, a partir do desenvolvimento do Estado moderno, este foi se tornando progressivamente,

(...) inteligível em suas transformações e emergências históricas somente enquanto constitui uma unidade orgânica com o sistema como um todo, inseparável de sua inter-relação contínua com o domínio reprodutivo material em constante expansão (MÈSZÀROS, 2011, p. 239).

Com efeito, no entanto, é em um período histórico muito próximo, nos anos de 1970, que surge (ou ressurgue) um formato alternativo à social democracia, via um novo liberalismo, para recompor a base de lucros do grande capital: o neoliberalismo. Baseados nos estudos desenvolvidos por teóricos da Escola de Chicago, o neoliberalismo é implementado inicialmente no Chile, que à época vivia um regime ditatorial, comandado pelo ditador Pinochet.

Após obter sucesso em tal implementação, começa uma operação de ordem mundial para remanejar o modo de produção capitalista de forma a produzir lucros maiores sem risco de colapso da economia. Para alcançar competitividade é necessário haver cortes significativos nos direitos sociais, e diminuição da mão-de-obra formalmente empregada. Com isso, pretende-se que aumentem as margens de lucro das grandes empresas e, em paralelo, estanquem a idéia de pleno emprego, geradoras de grandes custos para essas empresas e para os governos. Ao mesmo tempo, é

necessária uma adaptação a uma sociedade miscigenada por imigrantes que criam conflitos de ordem étnico-raciais e religiosos, como os muçulmanos e africanos na França e os turcos na Alemanha. Antes de criar-se conflitos épicos internamente, e como forma de globalização, ou de mundialização do capital, na perspectiva de Chesnais (1996), faz-se mister incrementar a formação de trabalhadores nos países periféricos. Grande parte desses países está atrelado aos organismos de “auxílio” aos países subdesenvolvidos, especialmente os criados no pós Segunda Guerra mundial, como aqueles vinculados à Organização das Nações Unidas, no caso, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Isso gerou uma orientação mundial para atender a um processo de adequação ao desenvolvimento tecnológico e produtivo, que resumidamente atenderia por: 1- qualificação da formação da mão de obra; 2- incorporação das mulheres no mundo do trabalho<sup>2</sup>; 3- incentivo a modalidades de ação de autonomia de trabalho, como o empreendedorismo.

A análise do contexto acima retratado, não é desconhecida na área da educação brasileira, tendo sido veiculada, na segunda metade dos anos 1990, por, dentre outros, Frigotto (2000); Sader e Gentili (1995), Kuenzer (1995), e já na primeira década do século XXI, além dos autores citados, com maior ou menor aprofundamento, à temática pode ser visualizada em Leher (2004), Rodrigues (2007), Libâneo, Oliveira e Toschi (2003); Shiroma, Moraes e Evangelista, (2004).

Contrastando com a informatização crescente, a centralidade da robótica na indústria, o desenvolvimento de tecnologias em larga escala, no mesmo ano de entrada para o século XXI pode-se observar, por exemplo, o depoimento sobre crianças zapatistas no México por Marcos (2001), subcomandante. Longe de discutir a guerra, o relato é sobre crianças no interior da guerra. Nesse relato, anuncia que os indígenas de Chiapas, existem cerca de 80% desnutridos na infância; e aproximadamente 72% das crianças não terminam o ano primário. Já a partir dos 4 anos de idade, as crianças cortam e carregam lenha na busca pela sobrevivência. Narrando sobre a morte de uma criança em 1994 por febre, Marcos diz que ela não foi a óbito, porque do ponto de vista institucional do poder dominante, ela não chegou a nascer. E indaga:

Quem foi o responsável por sua morte? Que consciência se fecundou com o seu desaparecimento? Que dúvida se resolveu? Que medo foi derrotado? Que valentia floresceu? Que mão se armou? Quantas mortes como a de Paticha tornaram possível a guerra que começou em 1994? (2001, p. 122).

---

<sup>2</sup> Não estamos definindo um processo acrítico e somente por “vontade” do grande capital. É importante considerarmos a incorporação das mulheres no mundo do trabalho como uma conquista, feita por lutas e resistência intensa, geradora de um processo positivo. Isto, no entanto, não quer dizer que o grande capital não se aproveitou dessa incorporação. Até hoje as mulheres recebem salários mais baixos do que os homens, assim como os negros recebem salários mais baixos que os brancos pela mesma função. No caso das mulheres negras, a discriminação é dupla, por ser mulher e por ser negra. Sobre o assunto gênero, raça e salário frente às políticas públicas, ver, por exemplo, Biderman e Guimarães (2002).



No Brasil, o panorama social e como consequência o panorama educacional do povo também é desigual e diverso, e atualmente, além de partidos de esquerda, são os movimentos sociais que têm feito resistência à hegemonização completa do grande capital<sup>3</sup>. O país tem dimensões continentais e características culturais variadas, e por vezes desrespeitadas. No quadro “2” que mostramos a seguir, vemos um pouco dessa desigualdade, expressa no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e no Relatório de Desenvolvimento Humano. Cabe ressaltar que as Organizações das Nações Unidas entendem de forma expressa no seu relatório, o livre mercado como uma adequação necessária dos países para alcançar o desenvolvimento, mas afirmam preocupação com uma “inclusão social”.

QUADRO 1 – A Desigualdade no Brasil: 1995-2005

Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil
1995/2005	1995/2005	1995/2005	1995/2005	1995/2005
Linha da pobreza	7,5% (menos de 1 dólar/dia)	21,2% (menos de 2 dólar/dia)	<b>Despesa com saúde (PIB)</b>	4,8% (2004)
Subnutrição	7% da população			
Despesa com educação (PIB)	4,4% (2002-2005)		<b>Analfabetismo de adultos</b>	11,4%
Despesas públicas educação	10,9% (total)	41% dos 10,9 (E. Infantil e Ens. Fund.)	40% dos 10,9 (E. Médio)	19% dos 10,9 (E. Superior)
Serviços da dívida (PIB)	7,9% (2005)		<b>Serviços da dívida</b>	1,8% (1990)
Desemprego	8,9% das pessoas ativas		<b>Desemprego</b>	8,264 milhões de pessoas
Emprego	21% agricultura	21% indústria	58% serviços	

Fonte: PNUD - Relatório de Desenvolvimento Humano (2007)

A desigualdade demonstrada acima pode ser vista no Brasil em outros indicativos recentes, os quais demonstram também o lento processo de mobilidade social por meio do incremento de

<sup>3</sup> A noção de partidos de esquerda e movimentos sociais não é unívoca. Por vezes, não raras, confunde-se práticas desses partidos e movimentos com práticas de partidos e movimentos de direita, ou atreladas a perspectivas mais alinhadas com a noção de pós modernidade.

instrução, contrastando com a lógica da economia do conhecimento. Por outro lado, os indicadores apontam para explicitar como está o processo de escolarização brasileira.

Dessa forma, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) aparece como importante “sem dúvida” o processo de globalização para o desenvolvimento da educação. A resposta é utilitária, pois é indispensável o conhecimento especializado e os níveis elevados de educação, para atender a um mundo em permanente transformação e superação dos conhecimentos básicos. A indicação utilitária é para formação profissional em cursos profissionalizantes de nível médio para melhoria do salário médio do trabalhador. Tal indicativo é baseado em dado estatístico da superioridade salarial das pessoas submetidas à formação profissionalizante, com mais de 25 anos de idade, com ocupação no momento da pesquisa, conforme é demonstrado no Pnad 2009 (embora os dados sejam do Pnad 2007, em seu suplemento especial). O incremento percentual é significativo na média nacional. No incremento em reais, entretanto, mostra um salário pífio em ambos os casos, com R\$745,00 na média nacional, R\$680,00 quem nunca frequentou escolas profissionalizantes antes, e R\$945,00 para quem frequentou. Os três níveis salariais estão muito abaixo do salário mínimo preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e largamente divulgada pelo DIEESE. Isto, entretanto, não é comentado pela análise das estatísticas no Pnad 2009. Nesse sentido, chama atenção os dados da região nordeste, com, respectivamente R\$491,00; R\$440,00; e R\$692,00.

De acordo com o Pnad 2009, podemos verificar os dados dos anos de 1998 até 2008, em quantidade de anos de estudo em pessoas com 15 anos ou mais de idade. O aumento dos anos de ensino foi de 5,9 (1998), 6,5 (2002) para 7,4 (2008). Apontamos também a desigualdade entre nordeste e sudeste no número de anos de estudo: 4,5 (1998), 5,1 (2002), com aumento para 6,2 (2008) no nordeste; e 6,7 (1998), 7,2 (2002) com aumento para 8,1 anos de estudo em 2008. O estudo mostra que 94,7% das crianças de 7 a 14 anos frequentava a escola em 1998, e o índice subiu para 97,9%.

## **DADOS E INDICADORES E CONCEPÇÕES DAS POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER**

As políticas públicas e sociais em Educação Física, esporte e lazer devem ser analisados em conjunto com outras políticas públicas e sociais. Especificamente, para compreendermos os chamados Megaeventos esportivos e sua função social no modo de produção capitalista, faz-se necessário atrelá-los a esse conjunto de políticas públicas e sociais, em especial quando o Ministério

do Esporte afirmou em chamada aos empresários a possibilidade de impactos econômicos da ordem de 183,2 bilhões, sendo 26% diretos. A geração de empregos pretendida está em 710 mil, sendo 330 mil, permanentes.

Em outro aspecto, destacamos que recentemente foi lançada, em data simbolicamente bastante imprópria, uma campanha pelo Trabalho Decente, amplamente veiculada nos meios de comunicação, em meio a uma avalanche de problemas na mão de obra contratada para construção de estádios e para o desenvolvimento estrutural propalado pelo Governo, em especial pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As reivindicações vão desde construção de banheiros para mulheres, como em Rondônia, na hidrelétrica de Jirau, até melhorias salariais.

Em contraste, conforme noticiado pela Reuters, o financiamento do BNDES para a construção do trem bala foi aprovado pela câmara (como matéria de grande interesse e relevância), em valores de até 20 bilhões de reais, embora as grandes indústrias de empreiteiras não manifestassem interesse, já que estão envolvidas na construção dos estádios.

Por outro lado, o Ipea noticiou que nove dos doze aeroportos em reforma não devem ficar prontos até 2014, ano de realização da Copa do Mundo. Foi também noticiado no Yahoo notícias, que isso preocupa a Fifa.

Já em relação ao investimento em desporto e lazer, contrastam os recursos destinados em 2002 e 2003 sucessivamente na função desporto e lazer que estão alocados principalmente na faixa até 10 milhões de reais. Com exceção dos estados de Amazonas e Pará na região norte, com destaque para a destinação de mais de 30 milhões em 2002. No nordeste, somente a Bahia em 2002 alocou mais de 10 milhões, mas não em 2003. Desse modo, nenhum estado fez alocação de 10 milhões ou mais. No sudeste, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais alocaram mais de 10 milhões, com destaque para São Paulo, com alocação de mais de 50 milhões em 2002 e de 40 milhões em 2003. Já na região sul, nenhum estado alocou mais de 10 milhões de reais, e somente alocou essa quantia em 2002, o estado de Paraná. Finalmente, na região Centro-Oeste, somente o Distrito Federal alocou mais de 10 milhões de reais em esporte. (IBGE, 2003)

No quadro abaixo, aponta-se a participação percentual dos recursos aplicados em desporto e lazer, com base nas despesas totais. Os dados são de 2002-2003 (hoje estão em franca elevação, inclusive e especialmente por causa dos Megaeventos):

QUADRO 2 - Recursos aplicados em Desporto e Lazer por região- 2002-2003

	2002	2003
Brasil	0,125	0,092
Região Norte	0,426	0,272
Região Nordeste	0,100	0,062
Região Sudeste	0,101	0,0076
Região Sul	0,066	0,051
Região Centro Oeste	0,200	0,202

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Esporte 2003

Em relação às instalações esportivas, conceitualmente, o entendimento foi de que é uma “unidade esportiva fundamental onde propriamente se realiza a atividade esportiva (quadra, campo de futebol, piscina etc.). A instalação pode aparecer isoladamente ou como uma fração de espaço maior, o equipamento esportivo, que inclusive pode ser composto por um conjunto de instalações esportivas”. Nelas, destaca-se a falta delas nas escolas públicas estaduais. Se a média na proporção era de 58,1% no Brasil, as regiões norte e nordeste estavam com 29,1 e 31,6% respectivamente. Já nas escolas municipais dessas regiões a situação era pior, com 12% das escolas sem instalações esportivas. É recomendado pelo diagnóstico de esportes “políticas públicas mais incisivas nessa área”.

Destacam-se também os estados do Acre, com 11%, e Roraima, com 14%. No nordeste, Alagoas, com 17%, e Rio Grande do Norte, com 18,8%. No sudeste, o Espírito Santo tem 24%, e destaca-se positivamente São Paulo, com 82,8% das escolas públicas do estado com instalações esportivas. Também estão com mais de 80%, os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Na região centro-oeste o destaque negativo é Goiás com 39,7%. (IBGE, 2003). Note-se que não foram computadas as instalações esportivas em construção.

Como contraste aos dados acima citados, a Secretaria de Assuntos Estratégicos lançou em 2010 um plano para o desenvolvimento do país até 2022. Em consonância, O Ministério do Esporte indicou as suas metas para composição do plano Brasil 2022, na qual pode ser apontada uma compreensão bastante similar a visão piramidal do esporte, conforme segue:

1- Assegurar que todo aluno da rede pública de ensino tenha acesso às práticas esportivas, com ações que complementem a educação física escolar.

2- Garantir que cada município brasileiro tenha ao menos uma área de esporte e lazer, com oferta regular de atividades pela respectiva prefeitura.

3- Incluir o Brasil entre às dez maiores potências esportivas do mundo a partir (inclusive) dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

A meta “3” contrasta com as demais, pois, como sabemos, não há recursos e contingente para isso, sem prejuízo das metas “1” e “2”. Ademais, além de um projeto nacionalista e da colaboração ao grande capital, orbitado em torno da Fifa e do COI, que garante expansão da mais-valia via cadeia produtiva do esporte, qual a razão dessa ambição? Os Jogos Pan-Americanos 2011, realizados no México, em Guadalajara, mostraram o Brasil à frente, por exemplo, do Canadá no quadro de medalhas. Resguardado o gosto pela competição e pelo “esporte espetacular”, qual o sentido dessa “vitória” senão legitimar e propagandear o processo de extração de mais-valia e de alienação?

Em outro aspecto do esporte, o conceitual, ao pesquisarmos documentos de organismos multilaterais globais, em especial sobre o conceito de esporte veiculado pela Organização das Nações Unidas, (MALINA, PIERETTI e BARONI, 2011), verificamos que o entendimento desses organismos estão alinhados com uma perspectiva que pode ser traduzida em inclusão social, com o pressuposto de implantação ou de auxílio para construção da paz mundial (UNITED NATIONS OFFICE ON SPORT FOR DEVELOPMENT AND PEACE, 2008), via um esmagamento ou diminuição de tensões, especialmente em países ou regiões pobres ou desassistidas, via políticas focais. Por outro lado, os dados apresentados por esses organismos devem estar alinhados com metas e objetivos definidos e mensuráveis estatisticamente.

No Brasil, verificamos uma perspectiva de entendimento de esporte bastante similar nos pressupostos acima delineados, com os organismos multilaterais, adequando-os ao voluntariado e ao terceiro setor, leiam-se Organizações Não Governamentais. Dentre diversos projetos, podemos citar como destacado na perspectiva dos organismos multilaterais e das políticas públicas e sociais governamentais, o Amigos da Escola – Todos pela Educação, capitaneado pela Rede Globo, com diversas empresas parceiras.

Contrário a tal perspectiva de compreensão da paz mundial, coadunamo-nos com a afirmativa de Mézàros:

Sem dúvida, é absolutamente incoerente predicar a condição amplamente benéfica da globalização e a permanência da paz requerida para tal em relações internacionais positivas enquanto se mantém, como sabemos por experiência

histórica, a dinâmica autoexpansiva irrefreável da base reprodutiva material do sistema do capital. Para introduzir a mudança necessária no domínio das relações interestatais, a fim de realizar a condição hoje absolutamente imperativa de defesa da paz em escala global, seria necessário reconstituir radicalmente os princípios operativos elementares das práticas materiais do sistema do capital, das menores células dos microcosmos produtivos às mais abrangentes estruturas da produção transnacional e do comércio internacional, juntamente com toda a estrutura legal e política do Estado moderno. Qualquer outro modo de projetar uma globalização bem-sucedida e a concomitante paz duradoura por todo o mundo é, no melhor dos casos, uma idéia impraticável (2011, p. 248).

Outro aspecto a ser salientado na transposição da perspectiva de esporte de organismos multilaterais, é que existe uma forte demanda por financiamentos de uma outra perspectiva, também alinhada com a dos organismos na essência, mas divergente no contexto: a via da esportivização visando à formação de atletas. A intensificação da geração de eventos no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, com destaque para a Copa do Mundo e às Olimpíadas, traz à tona uma visão piramidal de esporte, definida por Lamartine Pereira DaCosta em 1971, portanto com 40 anos de existência, superada no ambiente acadêmico, mas implementada nas políticas gerais, especialmente no formato utilizado no Ministério do Esporte a partir da divulgação do Brasil como sede dos megaeventos citados.

A visão piramidal incorpora:

- Uma base da pirâmide, que é o desporto de massa, até uma elite desportiva no seu topo. No meio, de baixo para cima, teríamos um composto de necessidades, transcritas como equipamentos primários para Educação Física e desporto escolar; equipamento básico urbano para a população urbana; e organização desportiva comunitária.

Sinteticamente, concordamos com a tradução que foi feita do modelo piramidal em Educação Física e Esporte Escolar na base; elite esportiva no topo e desporto de massa no meio da pirâmide.

A visão piramidal na forma como é acoplada, além do desenvolvimento concreto, tem efeitos de marketing ou psicossociais em detrimento de efeitos práticos. A mídia tem colaborado para dar conta da massificação dessa visão, tornando regra ou um sonho possível uma mobilidade social via esporte, em especial com exemplos extremos, em casos de pobreza aguda para o “estrelato”.

Nos organismos esportivos nacionais, verifica-se a predileção por investimentos maciços no esporte chamado de olímpico em detrimento do esporte escolar ou universitário. O Comitê

Olímpico Brasileiro (COB), por exemplo, conforme descrito em Bueno (2008) mostra em suas contas um aporte de recursos utilizados a partir dos recursos da Lei Agnelo-Piva pelo COB, em 2006, mostra que recursos para o desporto educacional foram utilizados na realização de eventos esportivos, despesas administrativas e subvenção da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, além de utilizar somente 15% dos recursos disponíveis do Fundo Olímpico com o esporte escolar e o esporte universitário.

Por outro lado, ao longo da existência do Ministério do Esporte, do total de recursos orçamentários do Ministério do Esporte mais os providos pela Lei Agnelo-Piva, o Esporte de Rendimento, segundo Bueno (2008), teve recursos da ordem de 67,4%, muito mais do que o esporte participativo (14,7%) e do que o esporte educacional (14,2%). Um dos fatores para essa discrepância foi o quantum de gastos com os Jogos Pan-Americanos, que representam, entre 2003 e 2008, 65,4% do total dos gastos com Esporte de Alto Rendimento (EAR). Das despesas com a “preparação e realização dos Jogos Pan Americanos do Rio de Janeiro em 2007, o que demandou a contenção de gastos em outras áreas de investimento dentro da própria categoria EAR” (BUENO, 2008, p. 286).

O mesmo autor, discutindo a alocação de recursos feita na prática com a perspectiva do EAR, afirma em outra passagem que:

Em realidade, houve movimento contrário: uma manutenção da força da coalizão pró-EAR. Isto pode ser demonstrado pela análise da evolução da distribuição dos gastos. Há um sensível aumento nos gastos com o EAR, mesmo sem considerado apenas os gastos do ME com seus programas finalístico, sem o Pan-2007. Neste primeiro caso a percentagem passa de 21% no último governo (FHC) para 45,3% no atual (Lula). Se considerado os recursos alocados para o Pan-2007 via o ME, a percentagem sobe significativamente para 68,6%. A distorção é ainda se maior considerando todos os gastos da União com o Pan-2007, situação em que a percentagem aplicada no EAR chega a quase 80% (BUENO, 2008, P. 252).

Cria-se a partir do que foi descrito acima, um fetiche do esporte, pois se afirma que vai ser investido um montante significativo de recursos, sem ser exibido, a partir de uma perspectiva anacrônica, como o modelo piramidal, priorizando a formação do desporto de massa, mas somente no papel, pois o aporte financeiro real é muito aquém do propagado no ideário. Assim, os principais investimentos são feitos na infraestrutura de torneios e jogos, quadro “necessário” na perspectiva de incremento do alto rendimento.

Outro fetiche é a alienação imposta em projetos que nada tem a ver com EAR, o que exigiria altos investimentos, como centros de treinamentos, assistência alimentar e física, dentre outros fatores. São projetos públicos e privados que carregam o mote dos Megaeventos, espalhados pelo país, com nomes como “formando campeões”; “preparando atletas para a vida”, dentre outras denominações asquerosas, pois enganam crianças, por vezes em condições miseráveis de vida, com a perspectiva de mobilidade social via um esporte, em especial o futebol.

No âmbito acadêmico da Educação Física, temos diferentes entendimentos sobre esporte. Alinhada com a via da esportivização para formação de atletas, e do *fitness*, por exemplo, está à noção de aptidão física. Atualmente repaginada e reconhecida nas pesquisas em Educação Física com a perspectiva de saúde física dos indivíduos, existe a saúde renovada. Esse formato está próximo, aparentemente, de conceitos como qualidade de vida, *welness*, bem estar físico, redução de gastos com saúde etc. Ao contrário, outro conceito, o de saúde ampliada, conforme Carvalho (2009) permite relacionar a saúde de forma multifatorial, com questões como emprego, saneamento e transporte.

Assim, se realizarmos uma redução a duas grandes perspectivas de pensar a relação atividade física e saúde pode-se inferir que existe uma perspectiva crítica dessa relação que incorpora uma centralidade no grande contingente de pessoas excluídos ou explorados da sociedade, fruto das condições impostas pelo sistema capitalista à luz de uma aproximação, ainda que difusa, com a crítica marxista da busca permanente de lucro e apropriação da força de trabalho existente por parte da classe dominante. Outra perspectiva disposta em textos publicados na Educação Física, versa sobre a relação atividade física e saúde, de forma comparada ao discurso higienista, privilegiando aspectos biológicos do ser humano em detrimento de aspectos sociais, ou praticando uma análise economicista dos benefícios dessa relação em termos de saúde pública. Nos tempos modernos, vale atribuir à denominação neo-higienista para atribuir uma justa medida aos textos que compõem a denominação saúde renovada que vem sendo atribuída a esses textos.

Assim sendo, dado um pressuposto de que não é possível uma realização humana plena na sociedade capitalista, pode-se indagar sobre as possibilidades de apontar uma perspectiva de esporte para uma formação humana, que aponte em direção a uma sociedade comunista.

## **O ENSINO DE ESPORTE: UM OLHAR A PARTIR DA EDUCAÇÃO FÍSICA**



No decorrer dos tempos, os saberes escolares têm privilegiado a competência técnica. Na área de Educação Física (EF) não é diferente, e agravado pela natureza dos conteúdos que a identificam, tornou-se uma tradição privilegiar conhecimentos de cunho técnico-biológico, especialmente quando se trata do ensino de esportes. Assim, atualmente tem sido necessário ao professor de EF tornar-se somente bom técnico para competir na ordem dominante do fetiche do “mercado” de trabalho, especialmente quando atua no ensino não formal (clubes, academias, etc). No ensino formal, a perspectiva é semelhante, já que o processo de funcionamento da escola é concebido, entre outros fatores, pela ordem do capital.

Nesse sentido, tomemos como exemplo a importância da aplicação dos conhecimentos de um professor de EF na preparação e formação de um atleta ou de uma equipe esportiva. Considerando que este professor é um trabalhador inserido em um contexto relacionado ao modo de produção capitalista, a validade do seu trabalho e reconhecimento profissional está relacionada ao sucesso desse atleta ou dessa equipe, dos títulos que conquistam. Tem pouca ou nenhuma importância que junto com a formação de um atleta, esse professor está diante da formação de um homem que vive em sociedade e compõe um coletivo social. Estas condições levam o professor de EF a se sujeitar, seja com maior ou menor consciência, a exercer seu ofício muitas vezes sem critério teórico metodológico, tendo um grau de exigência que chega a ser desumano para com os atletas em formação.

Dessa forma, tendo como aliada a mídia nessa conjuntura, o salário que esse professor recebe é variado conforme os títulos alcançados pelos atletas ou equipe esportiva por ele orientada, e proporcional ao lucro que a cadeia produtiva é capaz de explorar do seu trabalho, conforme Marx (1998) nos mostra. Na medida, em que a sua mão-de-obra não atende a tal lógica de produtividade, esse professor é “descartado” e se busca outro professor considerado melhor para manter ou aumentar o patamar de lucro esperado sobre ele na cadeia produtiva; fato que leva a necessária exploração de sua mão-de-obra.

Esta situação se reproduz no contexto do mundo do trabalho e é hegemonicamente naturalizada pelo trabalhador. Diante da incompreensão da função social do seu trabalho, esse trabalhador re-produz uma prática alienada e alienante (MARX, 2001). No caso do professor é especialmente preocupante porque reduz a sua capacidade de intervenção diante do que deve ser produzido, por que, para que, como, quando; tornando incompreensível para si a função social do trabalho pedagógico que exerce. A capacidade de discernimento para produção de condições emancipatórias de vida humana também fica comprometida.

Em face desse contexto, vale observar e apontar algumas possibilidades de ações no ensino de esportes com fins de contribuir para uma prática pedagógica humanista contra-hegemônica, que critique o *status quo* do modo de produção capitalista. Tomemos como base a referência de que para resolver um problema nunca haverá um ponto de partida certo; tampouco ele será completamente resolvido através de uma linha reta de pensamento. As oscilações constantes e infinitas entre as partes e o todo são o que promovem o esclarecimento dessas partes e desse todo, fazendo o conhecimento se complexificar. Para conhecer uma verdade há que se considerar o contexto (o todo), onde o homem é pensado como princípio, no conjunto de suas relações sociais (a parte). Nesse sentido, uma constante e infinita relação se estabelece entre o todo e as partes, com a devida consideração aos dados fornecidos pelos fatos sociais. Para Goldmann (1967), é essa concepção que diferencia o método dialético de outros métodos da história erudita.

Com essa compreensão, iremos discorrer inicialmente sobre o processo de formação dos professores de EF que referencia o ensino da EF e Esporte no Brasil para, em seguida, discutir e apresentar alguns pressupostos para uma proposta pedagógica de ensino da EF e Esporte com escopo teórico que contribua para autonomia e emancipação do indivíduo como um ser social.

### **Prescrição e Prática Curricular nos Cursos de Formação em Educação Física**

Historicamente, o desenvolvimento do ensino da EF no Brasil é demarcado pela influência militar. Dessa forma, a influência de pedagogos como Pestalozzi (1746-1827) foi substituída pela adoção dos chamados métodos ginásticos pelos militares, que o levaram para a escola, pelo menos durante quatro décadas do século passado (BRACHT, 1992). Os currículos dos cursos de EF que surgiram no país nessa época caracterizaram-se com ênfase técnico-biológico e esportivo. A literatura difundida se concentrava em livros que se referiam ao aprendizado do esporte em termos de elementos técnico-táticos, fisiológicos e neuro-motores. Diante de tal base de conhecimento, os docentes formados por esse modelo de curso, além de estritamente técnicos, reforçam o uso da autoridade, de idéias reprodutivistas e de adestramento na prática pedagógica. Tal perspectiva é adequada à orientação tecnicista em curso e que se torna predominante no sistema educacional brasileiro nos anos 1960 e 1970, sob a ordem do sistema ditatorial aqui implantado. A dimensão técnica toma o lugar das posturas ideológicas, do pensamento crítico, desenvolvendo uma pretensa neutralidade científica, sendo a utilidade do conhecimento medida através da sua capacidade de gerenciamento (GIROUX, 1992).

Os cursos de formação de professores de EF ainda nos dias atuais traduzem, predominantemente, esse modelo tecnocrático e tem-se dado ênfase em descobrir aquilo que funciona. Estes futuros professores de EF, nessa perspectiva, são orientados e estimulados no desenvolvimento de capacidades como a de compartilhar técnicas aplicadas e encontrar a melhor forma de organização das atividades diárias, o domínio de uma disciplina em sala de aula e o ensino de um assunto com eficiência. Dessa forma, os professores formados por esse modelo de curso tornam-se técnicos especializados, incapazes de pensarem criticamente sobre os meios e os fins de uma política escolar, sobre o seu papel de educador e o que deve ser feito em sala de aula para uma formação crítica do educando.

É necessário romper com a tradição histórica que predomina na prescrição e/ou prática curricular dos cursos de EF e privilegiar igualmente e interrelacionados os conhecimentos de cunho técnico-biológico e humanístico na formação do professor. Estes saberes precisam estar comprometidos em oferecer subsídios aos educadores da área de EF sobre o papel social que desempenham. Há mais de dez anos, em 1997, Cortella já nos chamava atenção para a necessidade de se verificar, no campo de atuação profissional em EF, os fundamentos epistemológicos e políticos do conhecimento destacando a importância de estabelecer as bases de uma antropologia filosófica para refletir sobre a presença do ser humano na realidade, que por sua vez localiza o lugar do conhecimento como produto cultural. Nessa mesma época, para Giroux (1997), aos educadores e pesquisadores educacionais cabe desempenhar um papel enquanto intelectuais, com uma função social e política que combina reflexão e ação.

As ações imprimidas por qualquer profissional durante o exercício de sua profissão expressam caracterizadamente uma concepção de homem e de mundo, ainda que este não o queira, definindo um papel social relacionado aos valores de grupos dominantes ou de grupos oprimidos. Os professores enquanto intelectuais devem fortalecer

os estudantes com as habilidades e conhecimento necessários para abordarem as injustiças e serem atuantes críticos comprometidos com o desenvolvimento de um mundo livre de opressão e exploração (Giroux, 1997, p.29).

Embora tenha se passado mais de dez anos dessa produção, ainda se observa na prescrição curricular dos cursos de formação superior em EF no Brasil uma predominância de conhecimentos que privilegiam uma visão técnico-biologicista, dissociada de conhecimentos advindos da área das ciências humanas (AZEVEDO, 2004), tal como na época da sua criação, em 1939. Dados recentes

vêm demonstrando que ainda se mantém essa predominância de conhecimentos técnico-biológicos na proposta curricular dos cursos de EF do Brasil, embora dispostos de outra forma. E, mesmo quando se trata de disciplinas que compõem a área das ciências humanas como Educação Física Escolar e Didática, nem sempre a orientação teórico-metodológica que predomina está aproximada de uma visão humanista e crítica, tornando possível uma prática pedagógica contra hegemônica do professor em formação.

Conforme a atitude e o discurso imprimido, especialmente no caso de formação de professores, pode ser expressa uma concepção de homem e de mundo que nem sempre contribui para a construção de um mundo mais humano, onde o homem seja pensado como princípio.

Conforme um primeiro movimento da *práxis*, o homem se torna SER humano em decorrência da sua história, construída nas relações sociais que estabelece. Ou seja, o homem enquanto ser humano é um ser social. São as relações sociais que possibilitam estabelecer uma concepção de homem e de mundo na qual nos distinguimos de outros seres animais, em busca de sermos cada vez mais humano. Essa busca é possível porque o homem, além de ser produto de sua história, é quem a produz. Daí a afirmativa que o homem antecede a história. O homem vive o seu tempo histórico a partir do conhecimento acumulado por outros homens, em outros tempos, mas, concomitantemente, está produzindo, é ator principal na construção de conhecimentos do tempo em que vive. Esses conhecimentos são acumulados aos já produzidos, para que as gerações futuras dêem continuidade ao processo de construção de um mundo melhor<sup>4</sup>.

Com isso, uma proposta curricular de curso deve ser encarada como um instrumento de representação e principalmente de ação. O que se inclui ou se exclui em um currículo não está delegado ao acaso e tem relação com fatores indicadores da inclusão ou exclusão social. Assim sendo, os diferentes currículos produzidos a partir de determinadas prescrições reproduzem diferentes referências e, por conseguinte, pessoas que se diferenciam, não somente em termos individuais, mas também em termos sociais. O currículo de formação em EF pode ser considerado como uma área de saber historicamente construída e socialmente produzida. O professor – mediador e detentor desse saber transmitido às futuras gerações – precisa compreender como se estabelece à relação do processo de escolarização com a ordem social, para não obscurecer aspectos fundamentais da vida social e política

Conceber tal perspectiva contra hegemônica de prescrição curricular elaborada no Projeto Pedagógico do Curso não é fácil e nem garante que a prática curricular seja correspondente a essa proposta, mas o grupo de professores que a defendeu, por exemplo, poderá constituir significados e

---

<sup>4</sup> Sobre a questão da *práxis*, sintetizando Marx, um texto interessante para leitura é o de Netto e Braz (2007).

fundamentos relevantes para uma prática contra-hegemônica de seus alunos. Da mesma forma, é possível desenvolver uma prática pedagógica docente contra-hegemônica à prescrição curricular proposta. É necessário compreender que no sistema capitalista não será possível uma formação de homem no processo de escolarização que não seja para atender os interesses e manutenção desse modo de produção. A escola é aparelho ideológico do Estado para manutenção do *status quo* vigente (ALTHUSSER, 2006). Mas, diferente de uma visão estruturalista, cabe defender que enquanto não se supera a ordem dominante do sistema capitalista, vale recorrer às possibilidades de resistência e de contribuição para um mundo mais humano e fraterno. Nesse sentido, tanto a prescrição curricular pode se distanciar da prática curricular quanto à prática curricular pode se distanciar do que é prescrito<sup>5</sup>.

Da mesma forma, as ações pedagógicas contra-hegemônicas imprimidas pelos professores de EF no contexto do ensino de esportes podem estar de acordo ou contrárias às referências obtidas no decorrer da sua formação profissional. Ou seja, ainda que não se tenha uma formação crítica, é possível ao professor desenvolver uma prática pedagógica contra hegemônica de formação humana. Por isso, trazemos uma discussão e apresentação algumas propostas pedagógicas desenvolvidas de ensino do esporte e as condições de limites e possibilidades encontradas.

### **Propostas pedagógicas e a contribuição do esporte para a formação humana**

Diante da construção histórica da formação em EF no Brasil, de influência militar, a perspectiva técnico-biológica esportivista é a que caracteriza, predominantemente, a prática docente. Segundo Bracht (1992), em busca de uma identidade pedagógica é focalizada a questão dos objetivos-conteúdos da EF e até o início dos anos 1980 é decorrente um “consenso funcional latente” enquanto prática hegemônica na EF, que reduz o entendimento de conteúdo como sendo esporte federado, com suas técnicas, regras, táticas etc e os objetivos como sendo a aprendizagem dos esportes e o desenvolvimento da aptidão física para a saúde.

A partir dos anos 80 do século XX, vamos ter uma importante produção crítica dessa perspectiva de EF estabelecida. Surgem, portanto, formas de abordagens pedagógicas pautadas em referenciais como Marinho (2010, 2011), Medina (1983), Bracht (1989), Coletivo de Autores (1992), Moreira (1993), Oliveira (1994) Kunz (1994). As discussões trazidas por estes e outros autores são importantes para dimensionar e identificar os pressupostos teórico-metodológicos que

---

<sup>5</sup> Vale lembrar o princípio educativo de Gramsci (2001), e a potência da politecnicidade. Sobre o assunto, ver Saviani (2005).

estão presentes no ato de ensinar os conteúdos tradicionalmente relacionados à área de EF, como o Esporte, embora, em sua maioria, não estejam aproximadas com uma referência marxista.

Cabe ressaltar, no entanto, que as referências dos anos de 1980 publicados não abalaram e tampouco foram suficientes para romper com a hegemonia da tendência tecnicista e esportivizante da EF na escola. Basta lembrar que ainda nos dias atuais, é disseminada a idéia pela instituição esportiva de delegar à escola, através da disciplina EF, a tarefa de promover a base para o esporte de rendimento e a responsabilidade com a descoberta de talentos esportivos. Para difundir tal idéia, apropriam-se de um discurso de que esporte é cultura, é educação, é integração e inclusão social e assim obter legitimação no contexto sócio-cultural, e principalmente apoio e financiamento oficial para atuar não somente no cenário escolar, como também no cenário não escolar. Atualmente no cenário não escolar em cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, é comum a promoção de projetos esportivos em comunidades carentes com a perspectiva delegada ao esporte de retirar jovens “das drogas” e “do tráfico”, de integrar e incluir na sociedade os desfavorecidos e/ou excluídos, como o deficiente, a criança, o idoso etc. Assim, podemos indagar se, efetivamente, o esporte é fator de integração e inclusão social?

Respondendo a tal indagação, podemos afirmar que todos nós estamos incluídos na sociedade, afinal somos nós que a constituímos, a organizamos política e economicamente. E pressuposto, contudo, que para boa parte da população são negados alguns dos direitos humanos fundamentais, constituídos historicamente. Cabe a pergunta: como participar da organização social e política de uma sociedade vivendo ou sobrevivendo do trabalho no lixão, por exemplo? As pessoas nessas condições são atingidas em sua dignidade humana, tornam-se reféns e naturalizam conceitos e valores que são produzidos pelo sistema político-econômico vigente que produz uma sociedade baseada na divisão de classes. O esporte em si não resolve essas questões apontadas, dentre outras produzidas pelo atual contexto histórico social, e não pode ser compreendido como uma prática meramente utilitária para um pretense objetivo de integração e inclusão social.

O esporte é uma manifestação cultural, um bem cultural do seu tempo. Desse modo, o “jeito de jogar” e as regras podem ser semelhantes ou iguais às de um tempo anterior, mas não exala os mesmos significados. O esporte não pode ser compreendido isoladamente, mas sim em relação às diferentes manifestações e objetivos que o cercam, e que estão direcionando uma determinada prática esportiva.

Ao recontextualizarmos diferentes manifestações ligadas ao esporte, podemos visualizar (1) pessoas praticando esporte em uma “pelada”; (2) a figura de um professor dando aula de esporte; (3) um projeto de esporte implantado em uma comunidade; (4) políticas públicas de um governo

para o esporte. São momentos distintos de um mesmo fenômeno que ampliam a noção de esporte. Daí o esporte, por suas características multifacetárias, poder ser entendido em alinhamento ao sistema dominante ou em contraposição a ele, conforme sua inserção e contexto. Cabe ressaltar que esse processo não ocorre de forma mecânica, mas dialética, com espaços de resistência que, dependendo de quem dirige o processo (professor, secretário de esportes etc), pode ser caracterizado como contra-hegemônico<sup>6</sup>.

Diante do exposto, defendemos que o esporte não é fator de integração e inclusão social, mas pode ser um importante elemento de contribuição educativa em espaços escolares e não escolares. Tal contribuição educativa poderá ocorrer alinhada ao sistema hegemônico ou em uma perspectiva contra-hegemônica. A partir de uma perspectiva contra-hegemônica, assumida por pessoas comprometidas com a função social que exercem, é possível esboçar um escopo teórico que contribua por meio da prática esportiva para a busca da autonomia e emancipação do indivíduo como um ser social e, por isso Coletivo.

Nesse sentido, cabe destacar a proposta teórico-metodológica trazida pelo já referido Coletivo de Autores (1992) que tem sido uma obra muito consultada, selecionada para concursos públicos e retratada em estudos nos dias atuais, sendo inclusive tema de dissertação de mestrado (ALMEIDA, 2001). Trata-se de uma proposta metodológica para o ensino da educação física escolar, chamada crítica-superadora, baseada em fundamentos marxistas. Nessa proposta, os autores retratam o esporte como um conteúdo (e não o único) da EF escolar, e consegue trazer bons exemplos - especialmente relacionado ao futebol - de interação teoria-prática.

Dada a devida compreensão da perspectiva teórico-metodológica trazida no livro Coletivo de Autores para o ensino do esporte na escola a partir das aulas de EF, é possível, por inserção, pensar a sua aplicabilidade também em contexto não escolar. A partir dessa aplicabilidade em contexto não escolar, baseada em uma perspectiva contra-hegemônica podemos discorrer sobre propostas de escopo teórico a serem utilizadas no ensino de esportes.

A proposta metodológica escolhida para ser desenvolvida em um projeto sócio-esportivo deve estar alinhado, ao mesmo tempo, com os anseios da comunidade e com os limites do desenvolvimento do ser humano no esporte, que por sua vez também gera frustração nos seus praticantes. Uma das importâncias que adquire o esporte, quando fomentado de forma sistematizada e orientada, é o desenvolvimento da consciência dos limites do esporte na mobilidade social, almejada em paralelo com os valores carreados na sua prática.

---

<sup>6</sup> Estamos compreendendo a questão da hegemonia e da contra-hegemonia em uma ótica gramsciana. Ver Gramsci (2001).

Um projeto sócio-esportivo organizado a partir de tais pressupostos, não leva o indivíduo à alienação por meio do esporte e não induz o praticante à compreensão do esporte necessariamente como um meio de vida, mas como parte desta; positiva de um modo geral, alegre quando vitoriosa e frustrante, mas pedagógica e dialética quando “perdedora”.

Um dos conceitos a serem discutidos em uma proposta de utilização do esporte em projetos sociais é o de cidadania. Dessa forma, trazemos o conceito de cidadania a ser proposto, que reforça um conceito de esporte para além da esportivização ou da divisão entre desporto de alto nível, comunitário e educacional. A idéia não é formar cidadãos pelo esporte, mas sim coordenar o esporte para a conscientização da responsabilidade social do praticante para com a comunidade na qual está inserido, e compreender que naquela comunidade estão contidas às contradições do mundo atual e da possibilidade da sua modificação, e que esta possibilidade pode ser realizada como fruto do trabalho coletivo e do legado deixado por esses cidadãos (FREIRE, 1983). Com isso, é elevada à condição *sine qua non* a participação popular e coletiva no conjunto das políticas comunitárias de diferentes organismos, inclusive nos rumos do esporte a ser inserido naquela comunidade.

É fato, no entanto, que o tempo destinado por cada pessoa pertencente à comunidade é pequeno, e que o esporte não pode ser responsabilizado pela solução dos dilemas sociais. Mas a problematização de tais dilemas, em conjunto com os debates sobre questões concretas vividas no cotidiano dessas pessoas, podem ser trabalhadas ao longo do processo de implantação e manutenção de um projeto sócio-esportivo, considerando que a prática esportiva é um processo passível de intervenção pedagógica do professor e histórica do sujeito. (COLETIVO DE AUTORES, 1992)

Dessa forma, torna-se relevante adotar um escopo teórico que busque a autonomia e a emancipação do indivíduo como um ser social, e por isso coletivo, por meio da prática esportiva. Prática esportiva essa, desenvolvida em comunidades em situação de risco social, com trabalhadores e filhos de trabalhadores em condições de vida precárias, e por isso compostas por pessoas marcadas pelas mazelas do mundo contemporâneo.

Assim sendo, esperamos contribuir para que sejam feitas tentativas no sentido de repensar os propósitos de ações ligadas ao esporte nessa ordem social capitalista vigente - que tem o esporte como fator de “inclusão social” - trazendo pressupostos que fundamentam tal repensar em ambientes escolares e não escolares.

Com a hegemonia dos valores que mantém o sistema capitalista, tais referências, no entanto, não foram e nem serão suficientes para romper com a lógica reprodutivista e tecnicista na prática pedagógica da EF. Diversos estudos confirmam que se cultiva uma visão técnica esportiva na EF, reduzida ao ensino de modalidades esportivas para os alunos participarem de jogos interclasse para



ganhar medalhas e troféus. Não se observa uma prática docente com compromisso educativo para a formação do homem crítico aos conceitos da ideologia dominante e consciente do seu papel interventor na realidade social em que se encontrar inserido.

Mas, embora tenhamos um contexto hegemônico que promove uma noção de impossibilidade à mudança e reforço para adaptação/adequação na sociedade, é possível encontrar espaço para contra-hegemonia dessa pedagogia que ensina o exercício da tolerância às injustiças sociais, a exploração do homem pelo homem.

Nesse sentido, torna-se relevante o desenvolvimento de uma proposta metodológica que não leva o indivíduo à alienação e não induz o praticante à compreensão do esporte e de outras práticas corporais necessariamente como um meio de vida, mas como parte desta; positiva de um modo geral, alegre quando vitoriosa e frustrante, mas pedagógica e dialética quando “perdedora”.

Dessa forma, a idéia de um escopo teórico que busque a autonomia e emancipação do indivíduo como um ser social, e por isso coletivo, por meio da prática de atividades corporais, cimentam ideologicamente, no sentido gramsciano do termo, uma proposta metodológica contra-hegemônica a ser desenvolvida com a população em geral e em especial com as pessoas oriundas da classe menos favorecida, com trabalhadores e filhos de trabalhadores em condições de vida precárias, e por isso compostas por pessoas marcadas pelas mazelas do mundo contemporâneo.

Dessa forma, cabe utilizar como referencia para o ensino de atividades corporais, propostas metodológicas que atendam aos anseios das comunidades inseridas em contextos que expressam contrastes e contradições apresentadas pela divisão de classes sociais.

Para exemplificar, elaboramos um projeto de extensão para atender crianças e adolescentes - entre 8 e 14 anos – oriundos das comunidades localizadas no entorno da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e a oferta de atividades físicas e culturais da comunidade do Distrito de Piraputanga, município de Aquidauana: o COMUNA. O COMUNA consiste em oferecer um programa de atividades corporais - que coaduna em um programa de esporte, saúde, cultura e educação - com base na proposta metodológica denominada crítico-superadora. Propõe-se, dessa forma, investigar quais as contribuições trazidas com tal referencial teórico metodológico escolhido para a construção de uma consciência crítica, tendo como ponto de partida o desenvolvimento de ações educativas, nos campos da saúde, atividades corporais e culturais. Dessa forma, além de atividades físico-esportivas poderão ser oferecidas atividades extras de educação, saúde e cultura. Assim, atrações culturais, competições, oficinas e serviços poderão ser programados com fins de promover a sociabilização e estímulos de participação, da seguinte forma:

1- Saúde e esporte: Palestras, oficinas e serviços com profissionais da área da saúde;

2- Esporte, Educação e Cultura: atividades físicas e esportivas, cinema, atrações musicais, dança, teatro etc., fraqueado a participação popular, e ofertada na forma de interação por grupos oriundos da UFMS.

Nesses termos, o projeto apresentado tem a proposta de investigar se o ensino do esporte e outras atividades corporais, associadas dialeticamente às ações nos campos da saúde, educação e cultura, desenvolvido a partir de uma perspectiva metodológica denominada crítico-superadora, contribui para a construção da cidadania e consciência crítica, que na concepção defendida encerra elementos como a participação política, desenvolvimento da autonomia e solidariedade de classe.

O Coletivo de Autores (1992) propõe uma metodologia de ensino em educação física denominada crítico superadora a partir de um referencial teórico de autores alinhados com uma perspectiva marxista. Sua proposta é construir fundamentos para o trabalho docente em Educação Física. Esse livro foi produzido por um Coletivo de autores, e é uma das referências na área de metodologia de ensino em Educação Física.

Por outro lado, é necessário pensar a Educação Física, esporte e lazer vinculados a uma perspectiva sociológica. No nosso entender, o campo da Educação Física é perpassado pelo processo de luta de classes e, em última análise, disso decorre um Conflito em oposição ao Consenso. Em Marinho (2004), vamos encontrar uma análise da Educação Física à luz das sociologias/pedagogias do Consenso e do Conflito.

Apesar de significativas, às produções teóricas em Educação Física e Esporte buscam referências em campos como da Educação, além da Sociologia e da perspectiva marxista. Entendemos, entretanto, que há um processo pedagógico de ensino-aprendizagem nas atividades esportivas e corporais em geral, para além do próprio ensino da técnica. Em outra vertente, cabe a crítica do modo vigente dos trabalhos desenvolvidos na área do esporte, inclusive o excesso de responsabilidade atribuída aos esportes, exemplificado pela visão corrente de mobilidade social por meio do futebol, tal como é produzida, dentre outras linguagens, na mídia.

É fato, no entanto, que o tempo destinado por cada pessoa pertencente à comunidade é pequeno, e que a prática de atividades esportivas e corporais não pode ser responsabilizada pela solução dos dilemas sociais. Mas a problematização de tais dilemas, em conjunto com os debates sobre questões concretas vividas no cotidiano dessas pessoas, podem ser trabalhadas ao longo do processo de implantação e manutenção de um projeto social, considerando que a prática esportiva e

de atividades corporais em geral é um processo passível de intervenção pedagógica do professor e histórica do sujeito. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

São objetivos do projeto apresentado:

- Contribuir para a formação crítica de crianças, adolescentes e outras pessoas participantes do projeto, estimulando-as para a construção da autonomia, condições emancipatórias e trabalho coletivo por meio de práticas corporais e culturais.

- Utilizar as práticas corporais propostas como meio para discussões de temas recorrentes na atualidade como educação ambiental, o associativismo e a violência;

- Democratizar o acesso às comunidades na prática corporais, educativas e culturais de forma sistematizada e orientada;

- Desenvolver a técnica esportiva, capacidade e domínio motor com fundamentos sócio-educativos.

## **CONSIDERAÇÕES**

No presente trabalho procuramos desenvolver a idéia de crítica aos Megaeventos esportivos a partir de uma referência marxista, em especial trazendo contribuições de Itsvan Mészáros. Desse modo, podemos apontar que:

- Os dados e indicadores sociais nos mostram um quadro de extrema desigualdade social no mundo subsumido à mundialização do capital.

- O sistema sócio-metabólico do capital, forma incontrolável, declina-se na medida em que se expande via mediações de primeira e de segunda ordem.

- Os Megaeventos esportivos são, na verdade, formas de extração de mais-valia, via cadeia produtiva do capital.

- Além disso, trazem um viés de espetacularização do esporte que, contraditoriamente, é apoiado pela população, pela beleza plástica e pelo ideais de paz, harmonia e beleza, disseminados por organismos multilaterais e governos.

- Ao contrário, fornecem ideais do sistema, como o individualismo, a competitividade, a guerra e o ódio entre nações e homens e a oportunização de o povo visualizar produtos e práticas que, em sua maioria, sequer vão realizar ou consumir, dados os altos preços dos ingressos.

Posteriormente, trouxemos alguns elementos norteadores, principalmente da área de Educação Física para pensar em propostas contra-hegemônicas a ser realizadas em ambientes escolares e não-escolares.

São pressupostos de se pensar a prática diferentemente dos Megaeventos esportivos:

- A fruição.
- O esporte enquanto um meio potencial de tradução de conceitos para além do capital, ou seja, a possibilidade de acreditar-se em utopias, enquanto projetos, de superação do modo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, David. *Análise da Proposta Metodológica para a Educação Física Escolar Formulada por Coletivo de Autores*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UGF, 1997.

AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. *Bases Teóricas de Prescrição para Formulação de Projetos Pedagógicos* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UGF, 2004.

\_\_\_\_\_. *Novas Abordagens sobre o Currículo de Formação Superior em Educação Física no Brasil: memória e documentos* (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UGF, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya Araújo. Desigualdades, Discriminação e Políticas Públicas: uma análise a partir de setores selecionados da atividade produtiva no Brasil. *Comunicação apresentada à II International Conference Cebrap – Ilas Sessão “Flexibilidade, Segmentação e Equidade”* São Paulo: 2002, p. 1-31. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/Desigualdades\\_discriminacao\\_e\\_politicas\\_publicas\\_para\\_diffusao.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/Desigualdades_discriminacao_e_politicas_publicas_para_diffusao.pdf) Acesso em 28/04/2011.

BRACHT, Valter. *Educação Física e Aprendizagem Social*. Porto Alegre: Magister, 1992.

BUENO, Luciano. *Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. Tese (doutorado). São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CARVALHO, Yara Maria. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: a saúde. In: HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, L. G., GARCIA, C. C. (Orgs.). *Estado, Política e Emancipação Humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais*. Santo André: Alpharrabio, 2009, vol. 1, p. 145-158.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física (Coletivo de Autores)*. São Paulo: Cortez, 1992.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE. *Salário Mínimo Nominal e Necessário*. <http://www.dieese.org.br> Acesso em novembro de 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Francisco Mauri de Carvalho. *Esporte em Democracia: a gênese do político*. Vitória: UFES, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 25-54.

GIROUX, Henry. A. *Escola crítica e política cultural*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia Radical. Subsídios*. São Paulo: Cortez, 1983.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere (Vol 2)*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Pesquisa de Esporte*. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)*, Brasília, 2009.

KUENZER, Acácia. *Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995.

LEHER, Roberto. 2004 Para silenciar os campi. *In: Revista Educação e Sociedade*, Campinas, 2004, vol. 25, n.88, p. 867-891, Especial – Outubro.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. (Orgs.). *Educação Escolar: estrutura, políticas e organização*. São Paulo: Cortez, 2003

MALINA, André; CESARIO, Sebastiana. *Esporte: fator de integração e inclusão social?* Campo Grande: UFMS, 2009.

MALINA, André. O Esporte como um bem da Humanidade e o Modo de Produção Capitalista. *In: MALINA, André; CESARIO, Sebastiana. Esporte: fator de integração e inclusão social?* Campo Grande: UFMS, 2009, p. 11-23.

MALINA, André; PIERETTI, Eduardo Reis; BARONI, Matheus. Corumbá: UFMS, 2011.

MALINA, André; PIERETTI, Eduardo Reis; AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. *O Conceito de Educação Física Presente nas Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer em Mato Grosso do Sul* (Relatório Final). Campo Grande: Fundect, 2011. Edital: Chamada FUNDECT N° 09/2008 – Universal - Processo N. 23/200.126/2009 - Termo de Outorga N. 0044/09.

MARINHO, Vítor. *Consenso e Conflito: Educação Física Brasileira*. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

\_\_\_\_\_. *Educação Física Humanista*. Rio de Janeiro: Shape, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Esporte pode Tudo*. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. *O que é Educação Física*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Capital, livro I, Vol.1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Capital, livro I, Vol.2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MEDINA, João Paulo Subirá. *A Educação Física Cuida do Corpo e... Mente*. Campinas: Papirus, 1983.

MÈSZÁROS, István. A reconstrução Necessária da Dialética Histórica. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Orgs.). *István Mészáros e os Desafios do Tempo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 235-265.

\_\_\_\_\_. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Wagner Wey (Org.). *Educação Física & Esportes: Perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papyrus, 1993.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

Organização das Nações Unidas (ONU). Programa das Nações Unidas (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005-2007*. Coimbra: Almedina, 2007, p. 1-402.

RODRIGUES, José. *Os Empresários e a Educação Superior*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós Neoliberalismo – As Políticas Sociais do Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SUBCOMANDANTE MARCOS. Epílogo – Os Diabos do Novo Século. As crianças zapatistas no ano 2001, sétimo da guerra contra o esquecimento. In: GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. *Educar na Esperança em Tempos de Desencanto*. Petrópolis: Vozes, 2001.

The United Nations Office on Sport for Development and Peace. *Introduction to Sport for Development and Peace*, 2008. ([http://www.righttoplay.com/International/news-and-media/Documents/Policy%20Reports%20docs/Harnessing%20the%20Power%20of%20FULL/Chapter1\\_Introduction.pdf](http://www.righttoplay.com/International/news-and-media/Documents/Policy%20Reports%20docs/Harnessing%20the%20Power%20of%20FULL/Chapter1_Introduction.pdf)) acesso em 01 de agosto de 2011

